



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Discurso

(Em Defesa da Autonomia)

Senhor Presidente
Srs. Deputados
Sr. Presidente e Membros do Governo

Combato politicamente o Governo Regional socialista há mais de 14 anos. Sempre considerei e continuo a considerar que os Açores estão a perder tempo com a estratégia de desenvolvimento que o partido socialista adoptou.

A postura do PPM não se alterará nunca. Queremos derrotar este Governo e o Partido Socialista que o suporta. O nosso caminho é a oposição férrea a este executivo, sem tibiezas ou concessões.

Para alguns – mesmo muitos do meu partido – a grande oportunidade de colocar em dificuldades o Presidente do Governo e o Partido Socialista é agora, na questão da remuneração compensatória. Poucos terão dúvidas que o Presidente do Governo perdeu uma parte importante do apoio político que tinha entre os seus patrícios do território continental.

Assisti – sem surpresa, devo confessar – como vários dirigentes socialistas nacionais se apressaram a desmarcar-se do Presidente do Partido Socialista Açoriano, como se ele tivesse lepra. Lembro-me que alguns destes críticos aqui fizeram romagens de enaltecimento ao Presidente do Governo depois das vitórias deste.

Nada disto me surpreendeu porque sei que a política é o reino, por excelência, da ingratidão. Das palmadinhas das costas quando se ganha e da solidão quando se perde. E todos perdem um dia, porque em política perde-se sempre quando não se ganha, com independência do motivo.



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

Dos analistas e comentadores das televisões nacionais, então nem falemos. O país está tomado de assalto pelos velhos do Restelo, os adamastores, os amantes dos filmes catástrofe, os invejosos e os agoirentos. Podem nunca ter lido a Constituição, o Estatuto Político-Administrativo e não leram, de certeza, o Decreto que hoje estamos a reapreciar. Mas são contra tudo o que não cheirar a miséria, cortes, sacrifícios, despedimentos, lepra e sarampo. O país com que sonham está já ao virar da esquina: todos iguais, porque todos igualmente pobres e miseráveis.

A posição do Presidente da República é outra invariável desta equação. Está contra o Estatuto Político-Administrativo. Está contra a remuneração compensatória. Está, em suma, contra os Açores.

A posição do Representante da República é a que lhe restou depois do Presidente da República ter dito que estava contra. Ele também está contra e a favor da velha técnica de Belém: primeiro o veto político, que logo virá quem solicitará um esclarecimento constitucional.

Depois temos o Moisés da Constituição da República Portuguesa e o seu discípulo local terceirense. Ainda estou para perceber por que razão a imprensa açoriana se dá ao trabalho de lhes perguntar seja o que for sobre a temática da constitucionalidade. Não sabem já a resposta? A Autonomia Açoriana é sempre inconstitucional. Portugal é inconstitucional!

Finalmente, temos a população açoriana. Será o tema da remuneração compensatória uma causa popular. Não é! Poucos estão de acordo. Não reconhecer isto é colocar a cabeça na areia.

Temos, portanto, um Presidente do Governo Regional isolado e vulnerável como nunca. Parece uma oportunidade de ouro para todos os que fazem oposição nesta Região.

Podemos dizer que privilegiou um pequeno número de eleitos. Que rompeu com a solidariedade nacional. Que colocou em causa as transferências do Orçamento de Estado do próximo ano. Que prejudicou a imagem dos Açores no contexto nacional. Que colocou a Autonomia Açoriana sob fogo. Podem usar-se mil argumentos, uns mais válidos



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

que outros, para atacar politicamente o Presidente do Governo Regional.

Senhor Presidente
Srs. Deputados
Sr. Presidente e Membros do Governo

Podem imaginar como é tentador, para uma força política que viu 130 propostas de alteração ao Plano e Orçamento e todas as iniciativas parlamentares apresentadas nesta legislatura chumbadas, poder agora retribuir esta velha amizade.

Não seria lógico e fácil voltar a votar contra este Decreto, como fizemos há poucas semanas? Não seria estrategicamente bem pensado deixar o Partido Socialista e o Governo sozinhos com o problema nas mãos? A bandeira da remuneração compensatória motiva muito poucos açorianos e poucos marcharão sob a sua sombra. O seu chumbo seria aplaudido por muitos e compreendido por muitos mais.

No entanto, não é isso que vamos fazer. Vamos alterar o nosso sentido de voto e votar a favor o Decreto que antes votámos contra. Porquê. A resposta chama-se Autonomia. Defesa da Autonomia.

Para nós deixou de estar em causa apenas a remuneração compensatória. A questão é agora, dados os argumentos de inconstitucionalidade utilizados por grande parte dos políticos nacionais que colocaram em causa a medida, incluído o Representante da República, se os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores têm competência para deliberar sobre esta matéria. A nossa convicção é que têm.

Temos o direito de deliberar sobre o nosso próprio Orçamento. Temos o direito, eu diria o dever, de estabelecer e concretizar prioridades e políticas orçamentais. Não temos de copiar o Orçamento de Estado. É por isso que temos Autonomia Político-Administrativa. Que temos um Governo e um Parlamento próprios.



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

A Região não pode ceder, neste domínio, um só milímetro. Está em causa o património autonómico que custou dezenas de anos a conquistar. Pode não ser esta a melhor batalha e não temos, de certeza, o melhor general. Mesmo assim, a derrota não é opção pelo precedente e retrocesso autonómico que significaria.

Então, se a Região não pode, no seu contexto insular e ultraperiférico, criar uma remuneração compensatória em nome de uma pretensa igualdade nacional deliberada num contexto desigual, o que poderíamos nós fazer daqui para a frente? Nada ou muito pouco! Encerre-se então o Parlamento e demita-se o Governo Regional. Recuemos todos no tempo e voltemos ao 6 de Junho de 1975. É este o caminho que alguns inconscientes centralistas parecem querer desenterrar. É um erro. Um erro clamoroso.

Senhor Presidente
Srs. Deputados
Sr. Presidente e Membros do Governo

Nunca se dá verdadeiro valor às coisas, senão quando se perdem. Devido a uma opção legítima sobre 3 milhões de euros do Orçamento Regional, alguns inconscientes estão prontos a desenterrar a questão autonómica. Devido a que o país gasta 0,05% do seu Orçamento na Região Autónoma dos Açores, muitos centralistas estão prontos a considerar que as regiões autónomas são um fardo e a causa do descontrolo orçamental do país.

Que visão tão pequena e provinciana! Os Açores representam 55% da área sobre soberania nacional e, num futuro próximo, essa percentagem subirá para uns extraordinários 66%. Ou seja, em grande parte devido aos Açores o país possui um dos dez maiores espaços marítimos soberanos do mundo. Não somos apenas uma parte do país, somos grande parte do país. Muito do futuro do nosso país passará pela escala que alcançámos no Atlântico. O resto significa recuar ao século XIII.



Representação Parlamentar
Partido Popular Monárquico – Açores

O imperativo nacional é reforçar as instituições autonómicas. Reforçar a sua capacidade orçamental para construir sociedades dinâmicas e prósperas, capazes de rentabilizar o imenso património marítimo do país. Porque somos nós, e não outros, que vivemos entre as ondas do futuro.

O PPM apoiará sempre a Autonomia dos Açores e a defesa das competências dos seus órgãos de governo, como é o caso.

Em prol dos Açores. Em prol de Portugal.

Viva a Autonomia!

Horta, 22 de Dezembro de 2010

O Deputado

(Paulo Estêvão)